

✱
S
Li
5

**PROTOCOLO
ACESSO DOS ADMINISTRADORES JUDICIAIS À PLATAFORMA DE LEILÃO
ELETRÓNICO**

Entre:

O Ministério da Justiça, aqui representado pela Ministra da Justiça;

A Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, aqui representada pelo Bastonário;

A Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), aqui representada Senhora Diretora-Geral;

O Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ, I.P.), aqui representado Presidente do Conselho Diretivo; e

A Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ), aqui representada pelo Presidente;

Considerando que,

- a) No âmbito dos processos em que intervêm, os administradores judiciais, por vezes, procedem à venda de bens;
- b) Existe uma plataforma de leilão eletrónico acessível na Internet, em www.e-leiloes.pt, cujas regras de funcionamento, aprovadas pela Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, foram homologadas pelo Despacho n.º 12624/2015, da Ministra da Justiça, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 219, de 9 de novembro de 2015, o qual definiu a Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, como entidade gestora da plataforma de leilão eletrónico;
- c) Existem múltiplas vantagens na venda de bens na modalidade de leilão eletrónico;
- d) Nas regras de funcionamento da plataforma se prevê que a plataforma de leilão eletrónico pode ser utilizada noutros processos, para além dos processos de execução em que foi designado um agente de execução, ou noutros âmbitos em que se justifique a utilização de uma plataforma de leilão eletrónico, designadamente, nos processos de insolvência, por via da celebração de protocolo;
- e) A CAAJ é a entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, sendo suas atribuições, nomeadamente, supervisionar de forma

continua a atividade dos administradores judiciais e orientar e definir os termos em que decorre a formação inicial e contínua destes profissionais;

- f) À DGPJ incumbe assegurar a recolha, utilização, tratamento, análise e difusão da informação estatística da justiça;
- g) Ao IGFEJ, I.P, incumbe assegurar a apresentação de propostas de conceção, execução e manutenção dos recursos tecnológicos e dos sistemas de informação da justiça, garantindo a sua gestão e administração em articulação com os demais serviços e organismos do MJ e o apoio informático aos respetivos utilizadores e bem assim, assegurar a adequação dos sistemas de informação às necessidades de gestão e operacionalidade dos órgãos e, serviços e organismos da área da justiça, em articulação com estes;

É celebrado o presente protocolo que se rege pelo disposto nas cláusulas seguintes:

1.ª

O acesso dos administradores judiciais à plataforma de leilão eletrónico *www.e-leiloes.pt* é realizado através de credenciais disponibilizadas pelo IGFEJ, I.P, competindo a este, em coordenação com a CAAJ, a atribuição e a revogação dos respetivos privilégios de acesso.

2.ª

O acesso à plataforma de leilão eletrónico pode concretizar-se através de *webservice*, de acordo com as condições técnicas acordadas entre a OSAE e o IGFEJ, I.P.

3.ª

As credenciais de acesso à plataforma de leilão eletrónico são disponibilizadas após o utilizador frequentar ação de formação sobre o funcionamento da plataforma, com a duração mínima de 4 horas.

4.ª

A CAAJ e o IGFEJ, I.P, obrigam-se a desenvolver ações de formação junto dos administradores judiciais.

5.ª

A OSAE assegura a formação dos formadores indicados pela CAAJ e pelo IGFEJ, I.P.

6.ª

A OSAE disponibiliza à CAAJ e ao IGFEJ, I.P, os manuais sobre o funcionamento da plataforma de leilão eletrónico.

7.ª

A OSAE disponibiliza à CAAJ e ao IGFEJ, I.P, um acesso específico à plataforma de leilão eletrónico para exercício das respetivas competências de fiscalização e de auditoria.

8.^a

A OSAE disponibiliza suporte técnico aos administradores judiciais através de formulário na Internet.

9.^a

Pela colocação, pelos administradores judiciais, de bens em leilão eletrónico é devido, pela massa insolvente, o pagamento da taxa prevista no artigo 12.º das regras de funcionamento da plataforma de leilão eletrónico, não sendo publicitado o leilão enquanto não se tiver comprovado o respetivo pagamento.

10.^a

Os leilões eletrónicos lançados por administradores judiciais realizam-se em simultâneo com os demais leilões eletrónicos em curso e sem distinção destes.

11.^a

A OSAE, o IGFEJ, I.P, e a CAAJ designam um responsável para efeitos de articulação de quaisquer matérias relacionadas com a plataforma de leilão eletrónico, bem como um substituto em caso de ausência ou impedimento.

12.^a

A OSAE disponibiliza à DGPJ os dados que esta considere relevantes para efeitos de informação estatística.

13.^a

A OSAE pode disponibilizar informação quantitativa e analítica sobre os leilões da exclusiva responsabilidade dos agentes de execução e informação genérica sobre o número de leilões em curso e terminados devendo, previamente, dar a conhecer os dados que pretenda divulgar à DGPJ.

14.^a

O protocolo é celebrado por tempo indeterminado, podendo qualquer das partes denunciá-lo com a antecedência mínima de 120 dias relativamente à data em que pretende que a denúncia produza efeitos, através de mensagem de correio eletrónico endereçada ao dirigente máximo de cada uma das partes.

15.^a

No caso de se verificarem alterações ao regulamento de funcionamento da plataforma, as partes podem denunciar o contrato com efeito imediato.

16.^a

A OSAE obriga-se a comunicar previamente quaisquer alterações que sejam introduzidas na plataforma.

17.^a

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the number 5.

Aos administradores judiciais é assegurado o acesso à plataforma de leilão eletrónico a partir de 12 de abril de 2017.

Lisboa, 06 de abril de 2017.

Pelo Ministério da Justiça

Ministra da Justiça,



(Dra. Francisca Van Dunem)

Pela Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução

Bastonário da OSAE,



(Dr. José Carlos Resende)

Pela Direção-Geral da Política de Justiça

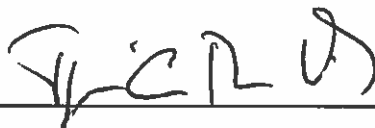
Diretora-Geral,



(Prof. Dra. Susana Antas Videira)

Pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.

Presidente do Conselho Diretivo,



(Dr. Joaquim Carlos Pinto Rodrigues)

Pela Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça

Presidente,



(Dr. Hugo Lourenço)